

# **TRATADO CONTEMPORÂNEO de Polícia Judiciária**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei n° 9.610/98). É crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## COLOFÃO

Editora: Umanos Editora

Editor: Leandro Doorneles

Revisão gramatical: Telma Cheida

Revisão de ideia: Jair Donato

Diagramação: Leandro Doorneles

Capa: Neliton Gois

Conselheiros editoriais: Francieli Sbisigo e Jair Donato

Produtora editorial: Fabiane I. Ayres

Marketing: Neliton Gois

Comercial: Lucas Budoia

Formato / Papel: Polen Soft 90g, 1cor

Foto capa: [https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops\\_1264130.htm](https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops_1264130.htm)

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Tratado contemporâneo de polícia judiciária / organização António Francisco de Sousa, Henrique Hoffmann, Joaquim Leitão Júnior. - Cuiabá, MT : Umanos Editora, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-66268-18-8

1. Crimes - Combate 2. Delegados de polícia 3. Investigação policial 4. Justiça criminal 5. Polícia judiciária - Brasil 6. Segurança pública I. Sousa, António Francisco de. II. Hoffmann, Henrique. III. Júnior, Joaquim Leitão.

19-27236

CDU-343.123.12(81)

### Índices para catálogo sistemático:

1. Polícia judiciária brasileira : Aspectos práticos e teóricos sobre a atividade: Direito criminal 343.123.12(81)

Iolanda Rodrigues Biode - Bibliotecária - CRB-8/10014

## Coautores

Bruno Lima Barcellos

Cláudio Álvares Sant'Ana

Dr. António Francisco de Sousa

Luiz Henrique Damasceno

Guilherme Berto Nascimento Fachinelli

Henrique Hoffmann

Joaquim Leitão Júnior

Marcel Gomes de Oliveira

Rodrigo Azem Buchdid

Impresso no Brasil

  
Umanos Editora

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-66268-18-8



9 788566 268188

# Sumário

PREFÁCIO..... Pág. 17

1. A IMPORTÂNCIA DE UM MODELO DE “POLÍCIA DE ESTADO”  
EM UM ANTAGONISMO AO MODELO DE  
“POLÍCIA DE GOVERNO” ..... Pág. 21

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

2. O DELEGADO DE POLÍCIA PODE COMETER “CRIME DE  
HERMENÊUTICA”? ..... Pág. 33

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

3. IMPARCIALIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INDEPENDÊNCIA  
FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA..... Pág. 39

AUTOR: HENRIQUE HOFFMANN

4. A CAPACIDADE POSTULATÓRIA DA AUTORIDADE POLICIAL,  
UMA REALIDADE QUE SE QUER NEGAR..... Pág. 53

AUTOR: BRUNO LIMA BARCELLOS

5. A IMPARCIALIDADE DO DELEGADO DE POLÍCIA E O PRINCÍPIO  
DO DELEGADO NATURAL COMO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO  
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ..... Pág. 63

5.1. Introdução .....Pág. 63

5.2. A Polícia Judiciária no paradigma  
do Estado Democrático de Direito .....Pág. 64

5.3. Da origem do cargo de Delegado de Polícia .....Pág. 65

5.4. A imparcialidade do Delegado de Polícia  
como garantia na investigação criminal .....Pág. 66

5.5. Do princípio do Delegado Natural .....Pág. 69  
5.6. Considerações finais.....Pág. 73

AUTOR: GUILHERME BERTO NASCIMENTO FACHINELLI

**6. O CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL E A  
FUNÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA  
DENTRO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL..... Pág. 75**

6.1. Introdução .....Pág. 75  
6.2. O Contraditório à luz da Constituição Federal .....Pág. 76  
6.3. Origem do Inquérito Policial .....Pág. 77  
6.4. Natureza do Inquérito Policial .....Pág. 77  
6.5. Elementos de informações: Valor Probatório .....Pág. 79  
6.6. Legislações que denotam o contraditório  
no Inquérito Policial.....Pág. 80  
6.7. Conceituação contemporânea do Inquérito Policial .....Pág. 82  
6.8. Considerações finais .....Pág. 83

AUTOR: RODRIGO AZEM BUCHDID

**7. A DESNECESSIDADE DE INQUÉRITOS POLICIAIS BUSCAREM  
ELEMENTOS INFORMATIVOS PLENOS (OU DE PROVAS PLENAS) EM  
COGNIÇÃO EXAURIENTE EM CONTRAPONTO ÀS REQUISIÇÕES  
JUDICIAIS E MINISTERIAIS..... Pág. 85**

7.1. A necessidade de otimização de diligências policiais  
buscarem elementos informativos plenos (ou de provas plenas)  
em cognição exaurientes em contratempos às requisições  
judiciais e ministeriais .....Pág. 85  
7.2. Da requisição judicial e da requisição ministerial  
de diligências na esfera policial .....Pág. 87  
7.3. Considerações finais.....Pág. 90

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**8. LEGÍTIMA DEFESA, O ABATE POR SNIPER E O  
GUARDA-CHUVA - UMA ANÁLISE DO ÂMBITO  
DA IMINÊNCIA NA LEGÍTIMA DEFESA ..... Pág. 91**

8.1. Introdução .....	Pág. 91
8.2. O conceito de <i>Sniper</i> .....	Pág. 92
8.3. O conceito de tiro de comprometimento .....	Pág. 93
8.3.1. A legítima defesa no Código Penal .....	Pág. 94
8.3.2. O âmbito da iminência na legítima defesa .....	Pág. 96
8.4. Considerações do Direito Penal Português.....	Pág. 104
8.5. Considerações finais.....	Pág. 106

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**9. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A LEI Nº 13.330/2016  
(QUALIFICADORA DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO  
NOS CRIMES DE FURTO E DE RECEPÇÃO)..... Pág. 109**

9. 1. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver simultaneamente ou não, com as figuras qualificadoras, causa de aumento, privilegiadora e simples? .....	Pág. 109
9.1.1. O novel § 6º do art. 155 pode conviver simultaneamente com as figuras qualificadoras (§ 4º).....	Pág. 114
9.1.2. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver simultaneamente com a figura de causa de aumento de penas mediante repouso noturno (§ 1º)?.....	Pág. 115
9.1.3. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver simultaneamente com a figura privilegiada? .....	Pág. 117
9.1.4. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver simultaneamente ou não, com as figura do furto simples? .....	Pág. 118
9.2. Considerações finais.....	Pág. 118

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**10. DA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS IMUNIDADES  
PENAIAS À LEI MARIA DA PENHA ..... Pág. 121**

10.1. Introdução.....	Pág. 121
10.2. Breve análise dos artigos 181, 182 e 183, todos do Código Penal e do art. 5º e 7º, inciso IV, da lei nº. 11.340/2006.....	Pág. 123
10.3. A (im)possibilidade de aplicação das imunidades penais à Lei Maria da Penha.....	Pág. 125
10.4. Considerações finais.....	Pág. 131

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

## **11. O PAPEL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL PERANTE A EFETIVIDADE DA LEI 11.340/06.....Pág. 133**

11.1. Introdução.....	Pág. 133
11.2. Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	Pág. 135
11.3. Autoridade Policial e a Lei 11.340/06.....	Pág. 137
11.4. Importância do atendimento Ininterrupto nas Delegacias de Defesa da Mulher.....	Pág. 139
11.5. Medidas Protetivas de Urgência e a concessão pela Autoridade Policial.....	Pág. 142
11.6. Considerações finais.....	Pág. 146

AUTOR: CLÁUDIO ÁLVARES SANT'ANA

## **12. A MEDIDA PROTETIVA DE NÃO APROXIMAÇÃO DO AGRESSOR À VÍTIMA NO ÂMBITO DOMÉSTICO, E A POLÊMICA JURÍDICA QUANDO A VÍTIMA É QUEM APROXIMA OU VAI ATRÁS DO AGRESSOR .....Pág. 149**

12.1 A restrição de direitos ao agressor e a possibilidade de o comportamento da vítima implicar em renúncia tácita ou de abrir mão da proteção conferida a si.....	Pág. 149
12.2. O problema foco do artigo constitui na medida protetiva de não aproximação do agressor à vítima no âmbito doméstico, mas e quando a vítima é quem se aproxima ou vai atrás do agressor?.....	Pág. 150

12.3. Considerações finais.....	Pág. 153
---------------------------------	----------

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

### **13. DA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA ESCUSA ABSOLUTÓRIA DO ART. 181, I, DO CÓDIGO PENAL À UNIÃO ESTÁVEL.. Pág. 155**

13.1. Uma análise da doutrina e da jurisprudência .....	Pág. 155
13.2. Da (im)possibilidade de aplicação da escusa absolutória do art. 181, I, do Código Penal frente à união estável .....	Pág. 157
13.2.1. Mas, afinal, por qual motivo existem as escusas absolutórias? .....	Pág. 158
13.2.2. Qual a distinção fornecida pelo Direito Civil entre casamento e união estável? .....	Pág. 159
13.3. Abordagens quanto ao casamento - conceito e seus desdobramentos .....	Pág. 159
13.3.1. Espécies de casamentos .....	Pág. 161
13.3.2. Capacidade para o casamento.....	Pág. 162
13.3.3. Impedimentos e causas suspensivas .....	Pág. 162
13.3.4. Dissolução do casamento.....	Pág. 163
13.3.5. Natureza jurídica do casamento.....	Pág. 163
13.4. União estável-conceito e seus desdobramentos .....	Pág. 164
13.4.1. Natureza jurídica da união estável.....	Pág. 165
13.4.2. Análise comum afeta ao casamento e união estável sobre os regimes de bens .....	Pág. 165
13.5. Comparações e distinções entre casamento e união estável.....	Pág. 166
13.5.1. Paternidade .....	Pág. 166
13.5.2. Pensão por morte .....	Pág. 167
13.5.3. Direito real de habitação.....	Pág. 168
13.5.4. Bens que herda.....	Pág. 168
13.5.5. Separação e nova união estável .....	Pág. 169
13.5.6. Da posição do Supremo Tribunal Federal em se estender a união estável às uniões homoafetivas .....	Pág. 170
13.6. Das fundamentações pela inaplicabilidade da	

escusa absolutória em união estável .....	Pág. 172
13.6.1. Das fundamentações pela aplicabilidade da escusa absolutória em união estável.....	Pág. 173
13.6.2. A posição da jurisprudência sobre o tema.....	Pág. 181
13.6.3. Da possibilidade das escusas absolutórias em casamentos e uniões estáveis homoafetivas.....	Pág. 184
13.6.4. Da análise da Escusa pela Autoridade Policial .....	Pág. 184
13.7. Considerações finais .....	Pág. 185

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

#### **14. A DISCUSSÃO SOBRE REQUISIÇÃO POLICIAL DE PRONTUÁRIO MÉDICO OU EQUIVALENTE E O DEVER DE ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE À AUTORIDADE POLICIAL .... Pág. 189**

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

#### **15. A CELEUMA TRAZIDA COM ADVENTO DA LEI Nº 13.491/17 SOBRE ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO DO HOMICÍDIO (OU ÓBITO) PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIL, NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO..... Pág. 209**

15.1. Introdução.....	Pág. 209
15.2. Das medidas administrativas a serem encetadas nestas hipóteses de usurpação.....	Pág. 221
15.3. Das adoções de medidas criminais e processuais penais nestas circunstâncias de usurpação, com prejuízo às investigações que possam redundar em verdadeiro problema para possível aplicação da lei penal e da conveniência da instrução penal .....	Pág. 222
15.4. Da inconstitucionalidade e inconveniência de pontos da Lei nº 13.491/2017 .....	Pág. 222
15.5. Considerações finais.....	Pág. 224

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

#### **16. PROPINA DISFARÇADA DE DOAÇÃO ELEITORAL OFICIAL PARA CANDIDATO É VIÁVEL PARA TIPIFICAR OS DELITOS DE CORRUPÇÃO**



**PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO?..... Pág. 227**

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**17. O EVENTUAL SIGILO JUDICIAL IMPOSTO AO ADVOGADO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E A ANTINOMIA APARENTE TRAZIDA PELA LEI Nº 13.245/2016 COM A LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS..... Pág. 241**

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**18. A CONSTANTE DINÂMICA DE ALTERAÇÕES DE PAPÉIS, FUNÇÕES E CARGOS DENTRO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DE INTRUSÃO E INVASÃO EM REDES E DISPOSITIVOS DIANTE DA COMPLEXIDADE SINGULAR PROBATÓRIA DE SUA ATUAÇÃO ..... Pág. 265**

18.1. A importância da técnica de intrusão e invasão de redes e dispositivos diante da complexidade probatória (obtenção de elementos informativos e/ou provas) da investigação policial nos meandros das organizações criminosas e os artifícios empregados pelos integrantes dessas organizações .....Pág. 265

18.2. Nichos criminosos que fomentam as organizações criminosas.....Pág. 268

18.3. Equipamentos tecnológicos.....Pág. 268

18.4. A importância dos diagramas, fluxogramas, cadeias de vínculos, cadeia de redes confeccionadas por programas computacionais ou meios manuais .....Pág. 269

18.5. Medidas fundamentais também para o desmantelamento de organizações criminosas .....Pág. 269

18.6. Objetivo de neutralização ou de contenção das organizações criminosas.....Pág. 271

18.7. Método ou técnica de investigação “F3EAD” .....Pág. 272

18.8. Desafios que devem ser aplicados como técnica ou ferramenta de intrusão/invasão em redes e dispositivos de informática, em sentido amplo .....Pág. 274

18.9. Requisitos para implementação das técnicas de intrusão ou invasão em redes ou dispositivos .....Pág. 282

18.10. Considerações finais .....Pág. 284

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**19. DA (IM)POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO EM REGRA DO ACORDO DE DELAÇÃO E ANÁLISE DA COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DE DELATADO QUE SEJA DETENTOR POR FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ..... Pág. 287**

19.1. Introdução.....Pág. 287

19.2. Posição do STJ sobre o tema .....Pág. 288

19.3. Posição do STF sobre o assunto .....Pág. 289

19.4. Considerações finais.....Pág. 293

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**20. A COLABORAÇÃO PREMIADA E QUESTIONAMENTOS PONTUAIS SOBRE OS OBJETOS DO ACORDO DENTRO DA ÓTICA DA LEGALIDADE..... Pág. 295**

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**21. O ACESSO AOS DADOS EM APARELHOS CELULARES, CRÍTICA E DISTINÇÕES ..... Pág. 305**

21.1. Introdução.....Pág. 305

21.2. Da jurisprudência prevalente.....Pág. 307

21.3. Da interpretação sistêmica, visão crítica.....Pág. 311

21.4. Das distinções (*Distinguishing*).....Pág. 314

21.5. Considerações finais .....Pág. 317

AUTOR: LUIZ HENRIQUE DAMASCENO

**22. A TIPIFICAÇÃO A SER DADA EM CASO DE EXIGÊNCIA DE FOTOGRAFIAS (DESNUDAS) OU VÍDEOS COM CENAS SENSUAIS DA**

**VÍTIMA PELA INTERNET .....Pág.. 319**

- 22.1. Introdução .....Pág. 319
- 22.2. Da análise do figurino do constrangimento ilegal.....Pág. 321
- 22.3. Exame do estupro (estupro virtual) pela mera contemplação lasciva, segundo entendimento do STJ que poderia ser aplicado aqui num paralelo.....Pág. 322
- 22.4. Reflexão quanto ao tipo da extorsão (por conta da discussão da parte minoritária da doutrina e jurisprudência que entendem que a extorsão admitiria vantagem diversa da econômica como sexual entre outras).....Pág. 323
- 22.5. Ponderação quanto ao art. 215-A, do Código Penal Brasileiro .....Pág. 326
- 22.6. Art. 216-B (inclusive a prática do *upskirting*), do CPB .....Pág. 327
- 22.7. Art. 218-C e seus parágrafos, todos do CPB.....Pág. 329
- 22.8. Abordagem quanto ao art. 240 até o art. 241-D, todos do ECA, se estiverem presentes as situações delineadas no art. 241-E, ECA .....Pág. 330

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**23. COMENTÁRIOS APROFUNDADOS À LEI N. 13.608/2018 (LEI DO DISQUE-DENÚNCIA) O INSTITUTO DO DISQUE-DENÚNCIA E A SUA RECOMPENSA PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS ...Pág. 333**

- 23.1. Introdução .....Pág. 333
- 23.2. Da publicidade gratuita nos meios de transporte coletivo.....Pág. 334
- 23.3. Descentralização do disque-denúncia .....Pág. 334
- 23.4. O sigilo do informante.....Pág. 335
23. 5. A recompensa pelo oferecimento de informações fidedignas.....Pág. 336
- 23.6. Mudanças no Fundo Nacional de Segurança Pública.....Pág. 336
- 23.7. Denúncias anônimas e a instauração de inquérito policial .....Pág. 338
- 23.7.1. Denúncias anônimas e o eventual

prejuízo ao denunciado.....	Pág. 339
23.7.2. Distinção entre denúncia anônima e o instituto do <i>whistleblower</i> (ou soprador do apito).....	Pág. 340
23.8. Pode a denúncia anônima embasar procedimentos administrativos? .....	Pág. 342
23.9. Do papel do “disque-denúncias” em Delegacias Especializadas de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) ou unidades policiais equivalentes .....	Pág. 343
23.10. Considerações finais.....	Pág. 343

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

## **24. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA (SIS) EM PORTUGAL E O TERRORISMO INTERNACIONAL ..... Pág. 345**

24.1. Defesa do Estado: Polícia, Serviço de Informação e Segurança (SIS) e Ministério Público (MP) .....	Pág. 346
24.2. Forças de Ordem e Segurança públicas (polícias).....	Pág. 346
24.3. Serviço de Informações e Segurança (SIS).....	Pág. 347
24.4. Terrorismo e economia do terrorismo .....	Pág. 349
24.5. Financiamento do terrorismo e outros pressupostos de sucesso.....	Pág. 352
24.6. <i>Modus operandi</i> do terrorismo internacional .....	Pág. 354
24.7. Medidas de prevenção e combate.....	Pág. 354
24.8. Considerações finais.....	Pág. 355

AUTOR: DR. ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA

## **25. RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS PELAS FORÇAS POLICIAIS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA: O CASO PORTUGUÊS ..... Pág. 357**

25.1. Em geral.....	Pág. 357
25.2. Organização do processamento de dados .....	Pág. 360
25.3. Recolha de imagens em reuniões, manifestações e concentrações .....	Pág. 365
25.4. O caso específico da videovigilância pelas forças policiais	

em locais públicos de utilização comum .....	Pág. 366
25.5. Levantamento secreto de dados .....	Pág. 369
25.6. Emprego de meios especiais.....	Pág. 371
25.7. Os meios técnicos .....	Pág. 372
25.8. Pressupostos da observação secreta de pessoas .....	Pág. 374
25.9. Exigências legais quanto a utilização de meios técnicos.....	Pág. 377
25.10. Recolha de dados com “meios técnicos” na habitação ou a partir delas .....	Pág. 377
25.11. Troca internacional de dados .....	Pág. 380

AUTOR: DR. ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA

**TRATADO  
CONTEMPORÂNEO DE  
POLÍCIA  
JUDICIÁRIA**

**Vol. 02**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98). É crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## COLOFÃO

**Editora:** Umanos Editora

**Editor Executivo:** Leandro Doornelles

**Revisão gramatical:** Telma Cheida

**Revisão de ideias:** Jair Donato

**Diagramação:** Leandro Alves

**Capa:** Neliton Gois

**Diretor de Marketing:** Neliton Gois

**Diretor Comercial/Fin:** Lucas Budoio

**Comercial:** Genivaldo Maroto

**Formato / Papel:** Brochura / Polen Soft 90g, 1 cor

**Foto capa:** [https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops\\_1264130.htm](https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops_1264130.htm)

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Tratado contemporâneo de polícia judiciária, volume 2 / organização  
Joaquim Leitão Júnior. ~ Cuiabá: Umanos Editora, 2020

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-990096-7-9

1. Corrupção - Combate
  2. Crimes - Combate
  3. Delegados de polícia
  4. Investigação policial
  5. Justiça criminal
  6. Polícia judiciária - Brasil
  7. Segurança pública
- I. Leitão Júnior, Joaquim.

20-42564

CDU-343.123.12(81)

### Índices para catálogo sistemático:

1. Polícia judiciária brasileira: Aspectos práticos e teóricos sobre a atividade:  
Direito criminal 343.123.12(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## CC AUTORES

Alessandro Gonçalves Barreto

Bruno Gilaberte Freitas

Bruno Lima Barcellos

Cláudio Álvares Sant'Ana

Cleopas Isaías Santos

Eduardo Luiz Santos Cabette

Francisco Sannini Neto

Guilherme Berto Nascimento Fachinelli

Higor Vinicius Nogueira Jorge

Jaime Pimentel Júnior

Joaquim Leitão Júnior

Luiz Henrique Damasceno

Marcel Gomes de Oliveira

Marcelo de Lima Lessa

Márcio Adriano Anselmo

Márcio Alberto Gomes Silva

Paulo Henrique de Godoy Sumariva

Paulo Reyner Camargo Mousinho

Rafael Francisco Marcondes de Moraes

Raphael Zanon da Silva

Ruchester Marreiros Barbosa

ISBN 978-65-990096-7-9



Impresso no Brasil

  
Umanos Editora

### Nota da Editora

Há referências e citações contidas nos capítulos desta obra, que estão alinhadas conforme a orientação dos próprios coautores, que não seguiram o padrão único estabelecido pela Umanos Editora, em consonância com o organizador da obra.

# Sumário

**PREFÁCIO** ..... Pág. 09

**1. A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR PELAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS E A NECESSIDADE DE SE PRESERVAR A CADEIA DE CUSTÓDIA DE TODO O ELEMENTO APREENDIDO (ARRECADADO NO LOCAL) DE POTENCIAL INTERESSE PARA A PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL**.....**PÁG.23**

- 1.1. Impactos diretos da Lei Federal nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime ou Lei Anticrime) nas atividades das Polícias Judiciárias, inclusive em relação a celulares e dispositivos similares apreendidos. ....Pág. 23
- 1.2. Da arrecadação até o descarte de eventual prova da Cadeia de Custódia.....Pág. 27
- 1.3. A dupla função ou binômio da Cadeia de Custódia .....Pág. 31
- 1.4. Dos princípios que regem a Cadeia de Custódia .....Pág. 31
- 1.5. Polêmica onde não existir perícia oficial? Como proceder? .....Pág. 32
- 1.6. Ausência de cumprimento ou inversão de procedimento da Cadeia de Custódia acarretará à (in)validação automática? .....Pág. 32
- 1.7. Do dever dos institutos de criminalísticas terem a Central de Custódia .....Pág. 34
- 1.8. Considerações finais .....Pág. 35

**AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JUNIOR**

**2. RESSONÂNCIAS DA LEI Nº 13.964/2019 NAS PRISÕES EM FLAGRANTE E CAUTELARES**.....**PÁG. 39**

- 2.1. Introdução.....Pág. 39
- 2.2. Prisão em flagrante .....Pág. 39
- 2.3. Audiência de custódia.....Pág. 42
- 2.4. Prisão preventiva.....Pág. 43
- 2.5. Considerações finais .....Pág. 49

**AUTOR: CLEOPAS ISAÍAS SANTOS**



**3. O DIREITO AO CONTRADITÓRIO DIFERIDO NO INQUÉRITO POLICIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 14-A DO CPP NOS CASOS DE CONFRONTO VICIADO.....PÁG. 53**

3.1. Introdução.....	Pág. 53
3.2. Análise do art. 14-A do CPP - introduzido pela Lei n.º 13.964/2019 .....	Pág. 54
3.2.1. O contraditório e a ampla defesa no inquérito policial.....	Pág. 54
3.2.2. Servidores abrangidos .....	Pág. 55
3.2.3. Procedimentos abrangidos.....	Pág. 55
3.2.4. O objeto da investigação .....	Pág. 55
3.2.5. A constituição de defensor.....	Pág. 56
3.2.6. A não constituição de defensor prejudica o andamento do procedimento? .....	Pág. 57
3.2.7. Citação, intimação ou notificação? .....	Pág. 57
3.2.8. Meios de se realizar a notificação .....	Pág. 57
3.2.9. Qual o momento de se realizar a notificação? .....	Pág. 57
3.2.10. A indicação de defensor pela instituição à qual o investigado estava vinculado.....	Pág. 58
3.2.11. Consequência jurídica da falta de notificação .....	Pág. 59
3.2.12. Casos em que o Delegado de Polícia, verifica, <i>ab initio</i> , que o confronto está viciado .....	Pág. 59
3.2.13. Como proceder o Delegado de Polícia diante de tal situação (confronto viciado)? Em resumo, deverá o responsável pelas investigações notificar o(s) investigado(s)? .....	Pág. 60
3.2.14. A perpetuação do olvidamento da vítima .....	Pág. 60
3.3. Considerações finais.....	Pág. 61

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA

**4. ANÁLISE DOS EFEITOS DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL SOB A ÓTICA DA LEI 13.964/19, PACOTE CRIME.....PÁG. 63**

4.1. Introdução.....	Pág. 63
4.2. Conceito de inquérito policial.....	Pág. 64
4.3. Investigação por meio de inquérito policial .....	Pág. 64
4.4. Arquivamento do inquérito policial e o pacote anticrime.....	Pág. 66
4.5. Efeitos do arquivamento do inquérito policial com a nova sistemática imposta pelo pacote anticrime.....	Pág. 67
4.6. Considerações finais .....	Pág. 71

AUTOR: CLÁUDIO ÁLVARES SANT'ANA

**5. ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DEPOIS DO PACOTE ANTICRIME.....PÁG. 75**

5.1. Acordo de colaboração premiada depois do pacote anticrime .....	Pág. 75
5.1.1. Introito .....	Pág. 75
5.1.2. Natureza jurídica.....	Pág. 76
5.1.3. Início das negociações .....	Pág. 76
5.1.4. Indeferimento sumário da proposta .....	Pág. 77
5.1.5. Termo de confidencialidade.....	Pág. 77
5.1.6. Suspensão da investigação .....	Pág. 78
5.1.7. Instrução preliminar .....	Pág. 79
5.1.8. Assinatura dos termos de recebimento da proposta e de confidencialidade.....	Pág. 79
5.1.9. Não celebração do acordo por iniciativas do celebrante....	Pág. 80
5.1.10 Procuração com poderes específicos .....	Pág. 80
5.1.11. Conflito de interesses.....	Pág. 81
5.1.12. Narração de todos os fatos ilícitos (que guardem relação com os fatos investigados).....	Pág. 81
5.1.13. Corroboração .....	Pág. 81
5.1.14. Abrandamento do princípio da obrigatoriedade da ação pública .....	Pág. 82
5.1.15. Homologação da colaboração.....	Pág. 83
5.1.16. Concessão dos benefícios pactuados na sentença .....	Pág. 85
5.1.17. Cláusula de renúncia ao direito de impugnação da decisão homologatória (impossibilidade).....	Pág. 85
5.1.18. Recusa à homologação .....	Pág. 85
5.1.19. Direito do delatado de se manifestar por último .....	Pág. 86
5.1.20. Registro de tratativas .....	Pág. 87
5.1.21. Decisão calcada apenas na palavra do colaborador (impossibilidade).....	Pág. 88
5.1.22. Rescisão da colaboração .....	Pág. 88
5.1.23. Direitos do colaborador .....	Pág. 89
5.1.24. Levantamento do sigilo do acordo de colaboração premiada.....	Pág. 90
5.2. Considerações finais .....	Pág. 90

AUTOR: MÁRCIO ALBERTO GOMES SILVA

**6. A FIGURA DO AGENTE POLICIAL DISFARÇADO CONSOLIDA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....PÁG. 93**

AUTOR: FRANCISCO SANNINI NETO

**7. A APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA DIANTE DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E DOS REQUISITOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....PÁG. 103**

AUTOR: RAFAEL FRANCISCO MARCONDES DE MORAES

**8. JUSTA CAUSA CONSTITUCIONALMENTE EMBRIONÁRIA E A RESERVA DE JURISDIÇÃO..... PÁG. 113**

AUTOR: RUCHESTER MARREIROS BARBOSA

**9. INQUÉRITO POLICIAL, INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A UM GOVERNO PROBO, NOS CASOS DE AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....PAG. 125**

- 9.1. Introdução.....Pág. 125
- 9.2. Foro por prerrogativa de função e investigações criminais .....Pág. 126
- 9.3. Necessidades de autorização judicial ou não para investigações criminais nos casos de foro por prerrogativa .....Pág. 127
- 9.4. Aspectos controvertidos e práticos sobre o foro por prerrogativa de função de investigações criminais.....Pág. 129
- 9.5. Reflexões críticas ao foro por prerrogativa de função e investigações criminais .....Pág. 132
- 9.6. Considerações finais .....Pág. 134

AUTOR: GUILHERME BERTO NASCIMENTO FACHINELLI

**10. A FASE EXTRAPROCESSUAL DA PERSECUÇÃO PENAL: O INQUÉRITO POLICIAL E SUA INDISPENSABILIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL.....PÁG. 137**

- 10.1. Introdução.....Pág. 137
- 10.2. Procedimentos de Investigação Criminal.....Pág. 140
- 10.3. A Indispensabilidade do Inquérito Policial.....Pág. 143
- 10.4. Considerações finais .....Pág. 148

AUTOR: RAPHAEL ZANON DA SILVA

**11. A POLÍCIA JUDICIÁRIA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.....PÁG. 155**

- 11.1. Introdução .....Pág. 155
- 11.2. Sistema acusatório brasileiro .....Pág. 157
- 11.3. Polícia judiciária multifunções .....Pág. 160
- 11.4. Considerações finais .....Pág. 163

AUTOR: PAULO REYNER CAMARGO MOUSINHO

**12. A RELAÇÃO DO DIREITO PENAL, A CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL COM AS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS - A IMPORTÂNCIA DA CRIMINOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO ÀS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS.....PÁG. 167**

- 12.1. Introdução.....Pág. 167  
 12.2. O Direito Penal e o fenômeno criminal.....Pág. 170  
 12.3. A segurança pública e o fenômeno criminal .....Pág. 170  
 12.4. Os objetos de estudo da criminologia .....Pág. 171

AUTOR: PAULO HENRIQUE DE GODOY SUMARIVA

**13. RECRUTAMENTO, FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL, GESTÃO E DOCTRINA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.....PÁG. 175**

- 13.1. Introdução .....Pág. 175  
 13.2. O recrutamento .....Pág. 175  
 13.3. A formação técnica-profissional.....Pág. 176  
 13.4. A doutrina de Polícia Judiciária.....Pág. 178  
 13.5. O resgate da essência da Polícia Judiciária .....Pág. 179  
 13.6. Métodos de gestão.....Pág. 181  
 13.7. Considerações finais .....Pág. 182

AUTOR: MARCELO DE LIMA LESSA

**14. DECISÃO DE INDICIAMENTO.....PÁG. 185**

- 14.1. Introdução .....Pág. 185  
 14.2. Indiciamento: um juízo de valor do Delegado de Polícia.....Pág. 186  
 14.3. Inquérito policial e o momento da decisão de indiciamento .....Pág. 188  
 14.4. Características e classificações do indiciamento.....Pág. 189  
 14.5. A necessária análise constitucional do indiciamento: natureza jurídica .....Pág. 191  
 14.6. Sujeitos e efeitos do indiciamento.....Pág. 192  
 14.7. Infrações de menor potencial ofensivo e decisão de indiciamento .....Pág. 193  
 14.8. Aditamento do indiciamento e o desindiciamento.....Pág. 194

AUTOR: JAIME PIMENTEL JÚNIOR

**15. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O DELEGADO DE POLÍCIA: UMA ABORDAGEM COM FULCRO NA TEORIA GERAL DO DIREITO POLICIAL .....PÁG. 199**

15.1. Introdução .....	Pág. 199
15.2. ● princípio da insignificância .....	Pág. 200
15.2.1. Conceito .....	Pág. 200
15.2.2. ●origens .....	Pág. 200
15.3. O Delegado de Polícia e o arquivamento da “notitia criminis” .....	Pág. 201
15.4. Teoria Geral do Direito Policial em Guedes Valente e a polícia como instrumento de garantia dos direitos fundamentais .....	Pág. 202
15.5. Considerações finais .....	Pág. 207

AUTOR: EDUARDO LUIZ SANTOS CABETTE

**16. O CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: SUA RELAÇÃO COM A CORRUPÇÃO E CRIMES DE COLARINHO BRANCO, SOB A PERSPECTIVA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO INQUÉRITO POLICIAL.....PÁG. 211**

16.1. Introdução .....	Pág. 212
16.2. ● Direito Policial e o inquérito policial: uma visão ainda mais moderna. Seria uma perspectiva apenas policial?.....	Pág. 214
16.3. A legislação atual de lavagem de capitais: seus antecedentes e seus desdobramentos.....	Pág. 220
16.3.1. Na Jurisprudência, como se tratam os delitos de lavagem de capitais na perspectiva da infração penal antecedente? .....	Pág. 222
16.4. À vista ou a prazo?! ● Brasil está à venda? Uma visão que perturba: a corrupção sistêmica .....	Pág. 223
16.5. A corrupção e a lavagem de capitais se imiscuem para o fim de espoliar os cofres públicos. Como se identificar autores e materialidade delitiva: a complexa trama deve ser desnudada. Salve o inquérito policial! .....	Pág. 225
16.6. Considerações finais .....	Pág. 229

AUTOR: BRUNO LIMA BARCELLOS

**17. CRIPTOATIVOS E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....PÁG. 233**

AUTOR: MÁRCIO ADRIANO ANSELMO

**18. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA APLICADA NO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO.....PÁG. 243**

18.1. Introdução .....	Pág. 243
18.2. Investigação criminal tecnológica .....	Pág. 244
18.2.1. Novas modalidades de afastamento de sigilo .....	Pág. 245
18.2.2. Equipamentos e software específicos .....	Pág. 249
18.2.3. Fontes abertas.....	Pág. 250
18.3. Considerações finais .....	Pág. 252

AUTOR: HIGOR VINICIUS NOGUEIRA JORGE

**19. A ARTE DE INVESTIGAR CRIMES EM MEIO CIBERNÉTICO.....PÁG. 255**

19.1. Introdução .....	Pág. 255
19.2. Da busca de elementos informativos .....	Pág. 256
19.2.1. Legislação, investigação e tecnologia .....	Pág. 257
19.2.2. Preservação de conteúdo.....	Pág. 257
19.3. Meios de obtenção de elementos informativos .....	Pág. 258
19.3.1. Quebra de sigilo telemático e interceptação telemática ..	Pág. 258
19.3.2. Dados cadastrais .....	Pág. 259
19.3.3. Infiltração policial na internet .....	Pág. 260
19.3.4. NIT - <i>Network Investigative Technique</i> .....	Pág. 261
19.3.5. Coleta em fontes abertas.....	Pág. 262
19.4. Considerações finais .....	Pág. 263

AUTOR: ALESANDRO GONÇALVES BARRETO

**20. INFILTRAÇÃO POLICIAL VIRTUAL, LIMITES E APLICAÇÃO.....PÁG. 267**

20.1. Introdução.....	Pág. 267
20.2. Natureza Jurídica .....	Pág. 268
20.3. Aspecto Legal.....	Pág. 271
20.4. A infiltração na Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas).....	Pág. 272
20.5. Considerações finais.....	Pág. 276

AUTOR: LUIZ HENRIQUE DAMASCENO

**21.COVID-19, REPERCUSSÕES CRIMINAIS E A ATIVIDADE DO DELEGADO DE  
POLÍCIA.....PÁG. 279**

21.1. Introdução .....Pág. 279

21.2. Covid-19 e os crimes contra a pessoa: ofensa  
à saúde ou à vida .....Pág. 280

21.3. Os crimes contra a saúde pública, ilustres desconhecidos .....Pág. 283

21.4. A atuação do Delegado de Polícia.....Pág. 285

AUTOR: BRUNO GILABERTE FREITAS